



ATA DA 56ª ASSEMBLÉIA PÚBLICA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL - CBH-RB, de 20/06/2008.

No dia vinte de junho de dois mil e oito, no auditório da Câmara Municipal de Cajatí, situada na Av. Fernando Costa, 767 – Centro – Cajatí, realizou-se a 56ª Assembléia Pública Ordinária do CBH-RB, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Abertura; 2) Informes Gerais da Secretaria Executiva; 3) Leitura e aprovação da ata da 55ª Assembléia Ordinária, de 12/04/08; 4) Palestra sobre o tema “Geoprocessamento aplicado para gestão de resíduos sólidos urbanos dos municípios da UGRHI 11”, 5) Palestra sobre “Estudos dos sistemas naturais e artificiais redutores de cargas poluidoras para a sustentabilidade dos recurso hídricos do Baixo Ribeira de Iguape”; 6) Palestra sobre o tema “Adequabilidades e limitações da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape frente ao uso e ocupação”; 7) Relatório de Situação de Recursos Hídricos: informes sobre o andamento dos trabalhos; 8) Plano de Bacia: informes sobre o andamento dos trabalhos; 9) Informes Gerais; 10) Encerramento. Inicialmente, o Sr. Gilson Nashiro, na qualidade de assistente da secretaria executiva do CBH-RB, justificou a ausência do Secretário Executivo, Sr. Ney Akemaru Ikeda, e comunicou a indicação do Sr. Marino de Lima, Prefeito de Cajatí, ao cargo de presidente, formalizada pelo segmento dos municípios em face do afastamento do então presidente, Sr. Geraldo Carlos Carneiro Filho, fato já de conhecimento de todos, e comunicou também a alteração da ordem do dia ocorrida após o envio dos materiais aos membros, devido a inclusão da palestra do item 5 acima, para atender à demanda originada na Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento – CT-PG. A Mesa dos trabalhos foi integrada pelos Srs. Marino de Lima e Benedito Alves da Silva, Presidente e Vice-Presidente do CBH-RB, Sr. Hermógenes Batista Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Cajatí, e Gilson Nashiro. Iniciando os trabalhos, **item 1 da pauta (Abertura)**, o Sr. Presidente, cumprimentou a todos, fez um breve relato de sua vida pública, no Legislativo e no Executivo, citou o histórico do Comitê, enalteceu a importância do colegiado para tratar das questões de recursos hídricos, agradeceu aos seus pares pela indicação e manifestou a satisfação em assumir a presidência, posto que disse ter declinado em outro momento, dado o entendimento de que a função exigiria dedicação incompatível com a agenda de atividades e de responsabilidades da ocasião. Procedeu à leitura da pauta e passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente, que cumprimentou a todos, falou da importância de mais um evento do Comitê para participar de debates sobre temas de interesse coletivo, e desejou bom trabalho a todos. O Sr. Hermogenes cumprimentou a todos os participantes, membros do Comitê, autoridades e seus representantes, dando boas vindas em nome da Câmara Municipal, e desejou sucesso nos trabalhos e agradeceu pela oportunidade de participação. No **item 2 da pauta (informes da secretaria)**, o Sr. Gilson informou a relação dos expedientes registrados na secretaria desde a última assembléia até a presente data, deixando os materiais disponíveis aos interessados para consulta. Comunicando a alteração da ordem da pauta, devido a falta de quorum para votação da ata da assembléia anterior, o Sr. Presidente anunciou o **item 4 (palestra sobre “Geoprocessamento aplicado para gestão de resíduos sólidos urbanos dos municípios da UGRHI 11”)**, sobre o qual o Sr. Fabrício Bau Dalmas, aluno do curso de mestrado na USP, apresentou: a) os objetivos, abrangendo o levantamento da situação do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e a indicação de áreas degradadas à implantação de aterros sanitários no território da Unidade de Gerenciamento – UGRHI 11, b) a localização em carta georreferenciada; c) inventário estadual de resíduos sólidos, com base nos dados da CETESB; d) a metodologia empregada; e) a caracterização da situação com base nos levantamentos; f) as bases cartográficas utilizadas; g) o quadro de “ponderação dos fatores”, com aplicação de metodologia própria para definição de mapa com discriminação de áreas aptas, inaptas e com aptidões intermediárias para instalação de aterros sanitários; h) mapa ilustrativo de seleção de áreas inaptas considerando as distâncias das fontes geradoras de resíduos, as vias de transporte e possibilidade de compartilhamento da mesma área com outros municípios; i) esclarecimentos quanto à classificação dos municípios de acordo com a projeção do ano de 2020, para indicação de áreas passíveis de uso compartilhado. Não apresentou as áreas classificadas como aptas por



dependem de nova avaliação de campo para validação do método empregado, mas com o compromisso de divulgação oportuna. Ressaltou que os mapas constituem ferramentas para que as prefeituras possam avaliar, levando em conta também outros fatores como os aspectos sociais e financeiros e a titularidade de domínio das áreas que foram consideradas nos estudos. Informou que o resultado final estará no Sistema de Informações da Bacia, e agradeceu pelo apoio e atenção recebidos das prefeituras para a realização dos trabalhos de campo. O Sr. Sidney Maia de Barcelos, da CETESB de Registro, disse que o trabalho exposto vem ao encontro ao que a Agência Ambiental de Registro vem buscando em termos de propostas de solução e recomendando para as prefeituras. Disse concordar com a proposta de utilização compartilhada por 2 ou 3 municípios de acordo com as condições logísticas. Opinou que a evolução de qualidade demonstrada no quadro de 2004/2005 deve ser reflexo da atuação da Secretaria do Meio Ambiente através do Programa “Município Verde”, segundo o qual os municípios que não se adequarem não poderão obter financiamentos. Informou que a Prefeitura de Miracatu já tem processo em curso de licenciamento para viabilizar o transbordo de resíduos para Caieiras, assim como existem outras iniciativas seguindo os procedimentos recomendados na exposição. Concluiu manifestando a expectativa de que os próximos prefeitos tenham consciência das novas diretrizes e exigências da legislação e sejam pró-ativos nessa questão, e parabenizou o palestrante pela qualidade dos trabalhos. O Sr. Amauri Guatura, da Prefeitura de Pariquera-Açu, também parabenizou pelos trabalhos apresentados, e disse que muitas administrações municipais negligenciaram no passado com relação ao trato dessas questões e hoje sofrem com o maior rigor após a criação do “Município Verde”, mas justificou que a prática, no entanto, esbarra na falta de recursos financeiros. Informou que, em Pariquera-Açu, será viabilizado o fechamento do vazadouro e a revegetação da área com recursos do FEHIDRO, e já está sendo realizados estudos e pesquisas de área alternativa. Concordando com as referências quanto ao rigor na atuação da Secretaria do Meio Ambiente, o Sr. Presidente alertou também para ações do Ministério Público que não consideram apenas as responsabilidades da administração, mas igualmente as da pessoa do prefeito. Prosseguindo, o Sr. Presidente anunciou o **item 5 da pauta (palestra sobre o tema “Estudos dos sistemas naturais ...)**. A palestrante, a Doutoranda Juliana Moccellini, da USP S. Carlos, esclareceu no início que está substituindo a Prof^a. Maria do Carmo Calijuri, coordenadora dos trabalhos, que não pode comparecer devido a compromisso assumido anteriormente ao convite do Comitê. Explicou também que não tratará da questão dos Rios Jacupiranga e Pariquera-Açu, que são objetos de sua tese de doutorado, mas apresentar o projeto temático que foi desenvolvido na região entre 2004 a abril/2008. Disse que o projeto foi dividido em 32 sub-projetos, dos quais 26 estão concluídos e 6 com previsão de conclusão em maio/2009, com participação de profissionais das áreas de biologia, química, engenharia e ecologia, dos grupos de pesquisa da USP S. Carlos, Universidade Federal de Viçosa/MG e Universidade de Santo Amaro. Informou que os objetivos são: a) produção de mapas temáticos abrangendo hidrografia, sistema viário, modelo digital de elevação hidrologicamente consistente, declividade/fragilidade ambiental, declividade/análise ambiental, uso e cobertura do solo, das áreas de Jacupiranga, Cajatí e Pariquera-Açu; b) diagnóstico e análise de forma integrada do uso e ocupação do solo das bacias do Jacupiranga e Pariquera-Açu. Destacou os principais tópicos dos trabalhos e teceu comentários e explicações pertinentes na forma que segue: a) caracterização do sistema de áreas alagáveis nas planícies de inundação dos Rios Jacupiranga e Jacupiranguinha, e avaliação da dinâmica espaço-temporal das áreas atingidas e seus impactos nos fatores abióticos e bióticos, na regulação de cargas poluidoras, decomposição e produção de matéria orgânica, variações das composições físico-químicas, no DBO e depósito de sedimentos; b) caracterização físico, química e biológica da água e do sedimento dos Rios Jacupiranguinha, Jacupiranga, Canha e Pariquera-Açu, de forma a avaliar a dinâmica das variáveis limnológicas dos rios, concentrações de fósforo nos citados rios e no Valo Grande em Iguape; c) caracterização das principais fontes poluidoras, difusas e pontuais e seus impactos; d) exposição dos aspectos dos rios em diferentes datas e situações de níveis d’água; e) determinação de concentração de cádmio, cobre, chumbo, manganês e mercúrio no sedimento dos Rios



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. (13) 3821-4730 – E-mail: comiterb@ambiente.sp.gov.br

Jacupiranguinha e Pariquera-Açu, sugerindo monitoramentos quanto à possibilidade de comprometimento da qualidade de água; f) avaliação do estado trópico no Rio Pariquera-Açu, através da determinação de concentração de nutrientes na água e apresentação de fontes, tais como Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), cargas difusas, etc.; g) levantamentos da composição e da diversidade da comunidade fito-planctônica e avaliação dos impactos dos efluentes e da capacidade de diluição; h) caracterização da comunidade bentônica nos rios, com ênfase na avaliação da biodiversidade e riqueza das espécies; i) caracterização dos sistemas da ETE da SABESP através do monitoramento dos impactos devidos à carga orgânica; j) caracterização da comunidade fitoplanctônica para o atendimento do potencial tóxico das espécies; k) supressão de matas ciliares e exploração agrícola em áreas junto às margens de rios. Ao final, falou das atividades previstas para meados de 2009 e colocou à disposição o seu endereço jumoc@sc.usp.br e da coordenadora prof^a. Calijuri calijuri@sc.usp.br. O Sr. Sidney (CETESB) participou fazendo as seguintes considerações: a) com relação à presença de fósforo no Rio Jacupiranguinha, disse que o órgão tem autuado a empresa e que no 1º semestre de 2009 vai ter uma estação de tratamento de efluente líquido (ETEL), separando as áreas de mineração da química, não só para fósforo mas visando todos os parâmetros da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e da legislação estadual nos itens pertinentes; b) sobre a presença de metais, solicitou cópia dos materiais de pesquisa para fins de subsídios à atuação da CETESB. Informou que o órgão pretende exigir da concessionária da BR-116 que sejam instaladas caixas de decantação ao longo da rodovia nos trechos que acompanham o Jacupiranguinha. Estranhando a presença de metais citada nos estudos apesar da empresa local já não estar produzindo fertilizante há mais de 10 anos, ponderou a possibilidade de originar da importação de materiais de resíduos fornecidos como nutrientes por empresas de má fé atuantes no setor; c) sobre os lançamentos das ETEs, disse que a CETESB começou neste ano os trabalhos de monitoramento e está tabulando os resultados das análises limitadas ao controle de DBO, DQO, fósforo, etc., não analisando a questão da toxicidade por carências de ordem estrutural; d) sobre a interferência de águas pluviais por ligações indevidas à rede de esgoto, enfatizou a necessidade de gestões junto às administrações municipais para coibir sua prática, que, além de sobrecarregar a rede prejudica os trabalhos de monitoramento dos efluentes. A Sra. Juliana informou que os trabalhos ainda serão finalizados e encaminhados primeiramente à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que é a instituição que financiou a pesquisa, para depois serem disponibilizados ao público, cuja publicação deve ocorrer até o final do próximo mês. O Sr. Nilto Tatto, do Instituto Socioambiental – ISA, elogiando os trabalhos e os considerando importantes sob os aspectos de alerta quanto ao impacto no meio ambiente e de prestação de informações e esclarecimentos sobre fatos que são observados, mas que muitas vezes não se tem condições de avaliar a gravidade, propôs articulação entre os pesquisadores e o Comitê para transformar as recomendações em instrumentos de política de educação, divulgando e disponibilizando o material, dado o entendimento de que muitos atos causadores de impactos negativos podem decorrer da falta de conhecimento ou de consciência. O Sr. Jiro Hiroi, da SABESP, acrescentou que a SABESP é parceira dos trabalhos de pesquisa apresentados, esclarecendo que o fez tendo em vista conhecer possíveis fragilidades, com total transparência na exposição de resultados, buscando a melhoria principalmente no processo de tratamento de esgoto. Particularmente com relação à ETE de Cajatí, disse crer que necessita de um tempo de “maturação”, o que pode estar ainda em curso e, portanto, vindo a influir nos resultados obtidos na pesquisa. Lembrou que a interpretação de certos itens apresentados requerem conhecimento do processo e da legislação, sob o risco de crucificar os resultados obtidos porque a SABESP é parceira, mas deve-se ter o entendimento de que o objetivo é a melhoria da eficiência, como já mencionado. Como indicado no resultado, considerando a legislação vigente e os parâmetros convencionais, pode-se afirmar que o sistema de tratamento funciona a contento. Disse que o trabalho é muito abrangente e tem o mérito de apontar quais são os aspectos a serem melhor estudados para a realidade local. Informou que o produto final dos trabalhos será consolidado em um livro e sugeriu a inclusão dos dados e informações nos acervos



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. (13) 3821-4730 – E-mail: comiterb@ambiente.sp.gov.br

do Sistema de Informações da Bacia. O Sr. Presidente ratificou a importância dos esclarecimentos para os municípios abrangidos e as ações das administrações em prol à conservação e proteção dos recursos hídricos e ao meio ambiente como um todo. Passando para o **item 6 da pauta**, o Sr. Presidente anunciou a palestra sobre o tema “**Adequabilidades e limitações da Bacia Hidrográfica do Ribeira frente ao uso e ocupação**”, sobre o qual o Sr. Antonio Theodorovicz, geólogo da Coordenadoria de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM, para explanação informou que o trabalho foi executado com apoio da FAPESP, pelo Serviço Geológico do Brasil, UNICAMP, Instituto Adolfo Lutz e a Universidade de Londrina, e prosseguiu apresentando os seguintes tópicos: a) curiosidades sobre a geologia da região; b) explicação do processo de evolução e formação geológica da região, sua longa história até a separação dos continentes, a dinâmica complexa que moldou o quadro com as características geológicas que se tem conhecimento; c) o zoneamento geoambiental como um dos produtos do projeto paisagens geoquímicas e geoambientais do Vale do Ribeira, abrangendo 17.600 km², sendo 13 municípios paranaenses e 9 paulistas; d) particularidades do zoneamento geoambiental; e) aspectos dos domínios geoambientais; f) particularidades geotécnicas, com imagens de erosão de encostas, voçorocas, escorregamentos, etc.; g) particularidades pedológicas/agrícolas; h) particularidades hidrológicas/predominância de aquíferos fraturados e cársticos; i) potencial mineral e suas utilidades na produção; j) atrativos turísticos associados às características geológicas. E concluiu dizendo que a região já apresenta forte pressão de uso, ocupação e adensamento populacional, e que seria muito interessante a elaboração de um plano diretor integrado considerando o bem-estar de toda a região, e colocou-se à disposição fornecendo o endereço theodoro@sp.cprm.org.br para contato. Na seqüência, indagado pelo Sr. Presidente se o Comitê já possui trabalho nesse sentido, o Prof^o Arlei Benedito Macedo, do Instituto de Geociências da USP, esclareceu que o próprio convite do Comitê ao palestrante já faz parte dos trabalhos de articulação e que existe a pretensão de propor que os estudos sejam estendidos para à região do Baixo Ribeira e Litoral. Informou também que se encontra em vias de desenvolvimento um projeto que permitirá a articulação com órgãos do Estado do Paraná e federais visando o planejamento integrado, financiado com recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) com contrato formalizado através do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC. E completou recomendando às administrações municipais das áreas abrangidas que considerem as recomendações da CPRM. Já com relação aos **itens 7 e 8 da pauta (informes sobre o Relatório de Situação e o Plano de Bacia)**, o Prof. Arlei informou, primeiro sobre o Relatório de Situação, que neste ano os trabalhos de sua atualização foram encampados também pela Coordenadoria de Recursos Hídricos – CRHi, com realização de seminário em Santos nos dias 14 e 15 de abril, quando foram distribuídos dados por ela coletados, os quais foram verificados quanto às suas consistências pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PG) e colaboradores do Comitê. O Relatório que está em fase final de redação será apreciado na reunião da CT-PG, do dia 30/06, com vistas ao encaminhamento para a CRHi. Quanto ao Plano de Bacia, falou das consultas públicas e das propostas nelas coletadas que foram sistematizadas em ações de Programas de Duração Continuada (PDC), e que na 2ª quinzena de julho o texto deverá estar finalizado para apreciação da CT-PG e do plenário do Comitê. Esclareceu que os materiais deverão nortear os trabalhos no processo de habilitação de projetos ao financiamento com recursos do FEHIDRO/2009, cuja disponibilização de verba, com quota muito maior que dos exercícios anteriores, exigirá organização, empenho e participação de todos na destinação em bons projetos, pretendendo-se, para tanto, a realização de oficinas de capacitação e de esclarecimentos, além da possibilidade de apoio às prefeituras e organizações, sobretudo as mais carentes de recursos técnicos e/ou de experiências. Na seqüência, Fábio Rodrigo de Oliveira, Chefe do Grupo de Processamento de Dados do Sistema de Informações da Bacia - SIG, apresentou as novidades e melhorias ocorridas no SIG, que evoluiu da versão 2.2 para 2.3, tendo como características o tamanho do banco de dados, passando de 832 Mb para 850 Mb de informações, de 23 para 28 categorias e 111 para 124 planos (mapas), em decorrência, em parte, da atualização de mapas de “aquíferos”, imagens de sensoriamento remoto, malha viária, redes



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax. (13) 3821-4730 – E-mail: comiterb@ambiente.sp.gov.br

de drenagem, relevo, pontos de outorgas do DAEE, do sistema da SABESP, unidades de conservação, etc., que foram formatados em CD, que foi disponibilizado aos presentes. Complementou que as informações estão disponíveis também no site <http://geolig.igc.usp.br/geoproc/sigrb/index.php>, e colocou-se à disposição dos interessados através do tel. (13) 3821-6090 e farool2@gmail.com. Retomando a palavra, o Prof. Arlei informou que o trabalho de aprimoramento é sistemático para que o Sistema fique cada vez mais completo para que possa apoiar os trabalhos de pesquisa e obras na região, possibilitar que o atual Sistema ambiental possa atender também as demandas de Sistema hidrológico no sentido de possibilitar a realização de cálculos, e também o funcionamento de um sub-sistema para operar em computadores de mão para apoiar os trabalhos de atendimento a acidentes com cargas perigosas. Isto tudo deve continuar na 2ª fase, objeto do projeto de planejamento, com administração da Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista - AMAVALES como “tomadora” dos recursos do FEHIDRO. Na oportunidade, o Sr. Gilberto Cugler, da Secretaria da Educação, fez referências elogiosas à qualidade dos trabalhos e aos avanços conquistados pelo Comitê, atribuindo a responsabilidade ao grupo de profissionais comandados pelo Prof. Arlei, enaltecendo ainda o empenho deste na reunião do CRHi, em São Paulo, quando foi conquistado o aumento significativo da cota de recursos para 2009, para quem destinou os méritos simbolizados por uma salva de palmas que solicitou e foi atendido pelo plenário. O Prof. Arlei agradeceu a manifestação, mas fez questão de lembrar que se trata de trabalho coletivo. E prosseguiu dando informes sobre o seminário da CRHi ocorrido em São Pedro nos dias 09 e 10/06/08, com a participação de todos os comitês, ocasião em que foi conhecida as experiências das regiões das Bacias dos Rios Paraíba e do Piracicaba e discutida as diretrizes para a implantação da Cobrança pelo Uso da Água, lembrando que se trata de ferramenta de gestão destinada a estimular o uso racional, e que o Plano de Bacia em desenvolvimento tem elementos que serão utilizados no processo a ser implementado nesta Bacia, para o qual conclamou a participação de todos. Indagado pelo Sr. Theodorovicz se existe alguma forma de ressarcimento a pessoas que fazem prática efetiva de ações de conservação e recuperação de áreas susceptíveis ou já degradadas, o Prof. Arlei esclareceu que o Comitê participa de gestões na área de desenvolvimento de inúmeras ações na área ambiental, tais como recuperação de matas ciliares, avaliação das condições em APPs (Áreas de Preservação Permanente), enfim, mas nenhuma ação específica nesse sentido. O Sr. Nilto informou que no âmbito da campanha de recuperação de matas ciliares está acompanhando as discussões de regulamentação da lei da Mata Atlântica, e um dos assuntos é exatamente quanto ao uso econômico das APPs, o que, em seu entendimento, deverá nortear as ações de recuperação propriamente dita e permitir o desenvolvimento de atividades econômica e ambientalmente viáveis. No **item 9 da pauta (Informes Gerais)**, o Sr. José Luiz Nossa de Freitas, assessor do Deputado Samuel Moreira da Silva Jr., deu os seguintes informes: a) foi formalizado entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Prefeitura de Pariquera-Açu convênio no valor de R\$ 940.000,00, com recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, para instalação de autoclave para tratamento de resíduos hospitalares; b) autorizado, via Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, a realização de estudos nos municípios de Cajatí, Eldorado e Pariquera-Açu; c) licença ambiental da obra de construção da ponte sobre o Rio Ribeira para atender à Comunidade Quilombo de Ivaporunduva; d) reunião a ser realizada à tarde deve viabilizar a liberação da Caverna do Diabo à visitação pública. Na fase de “**Encerramento**”, o Sr. Gilson manifestou pela Secretaria Executiva os agradecimentos aos palestrantes, ao Prof. Arlei pela iniciativa de convidá-los, ao Sr. Hermógenes, pelo apoio e cessão do auditório, aos funcionários do DAEE, pela costumeira colaboração, e a todos os presentes pela participação. O Sr. Presidente manifestou a satisfação de coordenar os trabalhos, referiu-se à necessidade de inclusão da ata da última assembléia na pauta do próximo evento, pois não foi possível votar nesta data por falta de quorum, e, agradecendo a todos pela presença e participação, deu por encerrada a presente assembléia, que contou com a participação de 18 membros e 15 convidados, compondo o plenário de 33 pessoas.